

Congresso da CES
Declaração urgente sobre a Carta dos Direitos Fundamentais

A CES tomou conhecimento, com muita preocupação, que, em discussões intergovernamentais secretas, foram formuladas propostas que visam atenuar a importância da Carta dos Direitos Fundamentais em qualquer eventual mini-tratado da União Europeia. A Carta teria sido plenamente integrada se o projecto de Tratado constitucional tivesse sido adoptado, como é desejo da CES. São muitos os que preconizam que a Carta seja plenamente reconhecida no direito comunitário. Segundo o seu estatuto jurídico actual, ela aplica-se plenamente às instituições comunitárias, mas a forma como deve ser aplicada aos Estados-membros continua ambígua, o que constitui uma severa limitação.

A Carta dos Direitos Fundamentais foi aprovada quando do Conselho Europeu de Nice, em 2000. A CES organizou uma manifestação em massa em Nice, na qual participaram 60.000 pessoas, a fim de exigir a adopção da Carta no Tratado de Nice, tornando-a totalmente vinculativa para a UE e os Estados membros. Mas falhou. Em 2001, depois de outra manifestação em massa em Bruxelas que reuniu 100.000 pessoas, a CES conseguiu uma representação na convenção encarregue de rever os Tratados europeus. Esta convenção, cujos trabalhos foram realizados com a máxima participação pública, recomendou que a Carta seja plenamente integrada nos Tratados europeus.

Actualmente, trata-se da Carta mais avançada conseguida no mundo por um movimento sindical. Regra geral, coloca os direitos económicos e sociais em pé de igualdade com os direitos humanos. Mais especificamente, garante o direito à informação e consulta, bem como o direito à negociação e à realização de acções colectivas, incluindo a greve. Garante protecção contra os despedimentos abusivos, garante o direito à segurança social e o princípio de condições de trabalho equitativas, bem como o acesso aos serviços públicos.

Accção

Para a CES, a Carta é um elemento essencial para o futuro da Europa. A Carta foi concebida para aproximar a Europa das pessoas pelo que, se for suprimida ou atenuada, é toda a Europa social que sofrerá as consequências. A Carta constitui o fundamento de uma política social ambiciosa que tem em conta a necessidade de uma sociedade plural em que sejam criados mais empregos e de melhor qualidade.

Os Governos da UE, a Comissão da UE e o Parlamento Europeu devem indicar claramente que a CES não dará o seu apoio a nenhum novo Tratado que não conceda à Carta um estatuto jurídico vinculativo e não ambíguo. Faremos campanha contra toda e qualquer iniciativa que vise a omissão ou atenuação da importância da Carta e desenvolveremos acções junto do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais. Entretanto, mobilizamo-nos com vista a fazer ouvir a nossa voz aos Chefes de Governo presentes na Cimeira de 21 e 22 de Junho, em Bruxelas. Por outro lado, apelaremos às organizações filiadas de cada país que lancem campanhas no sentido de garantir que os Chefes de Governo presentes na Cimeira da UE tomem a decisão correcta. Quando a Europa Social está em perigo, a Europa está em perigo também.

Uma delegação de dirigentes sindicais, apoiada por uma manifestação de sindicalistas, encontrar-se-á com os Presidentes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, bem como com o Governo belga. Faremos um apelo às organizações filiadas para que enviem delegados a esta manifestação, pois passaremos à ofensiva em favor da Carta dos Direitos Fundamentais.